

# Planalto arma o ataque final

Sarney avisa a Ulysses que só aceita acordo se for com presidencialismo e 5 anos

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney, ministros e lideranças governistas fecharam questão: não farão quaisquer entendimentos político-partidários fora de dois pontos básicos, presidencialismo e mandato de cinco anos para Sarney. Qualquer notícia em contrário não passa de mera especulação, já que o governo acredita firmemente na vitória do presidencialismo e nas eleições apenas em 1989.

A informação foi dada ontem por três ministros que participaram da reunião com o presidente, no Planalto, e que dela saíram garantindo que Sarney está "tranquilo e confiante" no resultado da votação. Enquanto isso, em São Paulo, o ministro da Administração, Aluizio Alves, defendia a tese de que as eleições diretas para presidente ainda este ano representariam "um grave perigo". E usou o mistério ao tentar explicar: "Os chefes militares sabem coisas que os civis desconhecem".

Pouco antes, porém, Ulysses Guimarães, no café da manhã que compartilhou com Sarney no Alvorada, achou de seu dever avisar ao presidente que ainda não dá para

fazer uma avaliação correta da situação, devido ao grande número de indecisos. Segundo Ulysses, são eles que vão decidir o sistema de governo. Logo depois, o presidente da Constituinte viajou para São Paulo, onde manteve encontro de duas horas e meia com o governador Orestes Quéricia. O pretexto: uma reunião de avaliação do primeiro ano de Quéricia no governo. A verdade: fechar um acordo com o

governador em torno da votação do sistema de governo e duração do mandato.

Ulysses garantiu que não fez qualquer acordo com Sarney para a aprovação do parlamentarismo em troca do mandato de cinco anos. Nesse mesmo momento, no relato que fazia aos ministros do seu encontro matutino com Ulysses, Sarney dizia que este havia "reafirmado a sua posição a favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos".

## POSIÇÃO CLARA

"O ponto de vista do presidente Sarney continua imutável: cinco anos, com presidencialismo", concluiu mais tarde o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, negando a existência de qualquer acordo entre o presidente e Ulysses Guimarães. Sarney, disse ele, "está inarredável, porque acha que cinco anos para seu mandato e o sistema presidencialista são o melhor para o País". O chefe do Gabinete Civil comentou a reunião com os ministros e o café da manhã com Ulysses, mas silenciou sobre o jantar que o presidente teve, no dia anterior, no Palácio da Alvorada, com todos os seus ministros militares, com exceção de Paulo Roberto Camarinho, chefe do Estado Maior das Forças Armadas — Emfa — que não está no Brasil.

Sabe-se, contudo, que, na reunião com os militares, o assunto foi uma avaliação do momento vivido pela Constituinte. Os militares, segundo versões que circulavam ontem em setores do governo, não seriam totalmente contrários a uma negociação que passasse pelo parla-



Epitácio Pessoa

Ulysses conta ter avisado a Sarney que nada está definido

mentarismo, mas não nos moldes postos pela Constituinte, sem a segurança de que seriam aprovados, por exemplo, o voto distrital e a dissolução do Congresso Nacional. O fato, de acordo com fontes do governo, é que, não havendo uma proposta em outro tom, Sarney, apoiado pelos militares, se mantém no que sempre defendeu: cinco anos, presidencialismo — e esperar para ver o que acontece.

"Golpe militar", contudo, era uma ameaça tratada com extrema cautela, embora uma autoridade militar tenha destacado que tudo o que vier a acontecer no futuro "será uma consequência do que for votado na Constituinte e de como ficarão as instituições depois disso". Se as instituições se mantiverem intactas, disse, essa ameaça desaparece. Caso contrário, "tudo pode acontecer".

O ministro Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, também foi categórico: "O presidente não faz trocas", garantiu. "A nossa posição é clara pelo presidencialismo com cinco anos". Depois lembrou de ressaltar a soberania da Constituinte. Considerando que "em política tudo é possível", o ministro afirmou que pode ocorrer uma conciliação entre o Planalto e a Constituinte sobre os dois temas, mas lembrou que não se pode chegar a uma negociação que leve a um regime que não funcione. "O que é bom é que o País encontre um caminho para funcionar cada vez melhor, e o presidente Sarney tem um caminho importante para realizar nos dois anos de governo que ainda terá", disse Magalhães. Apesar de

concordar com a possibilidade de negociação, Antonio Carlos Magalhães acha "pouco provável" um acordo que leve ao parlamentarismo com cinco anos para Sarney. E diz que acha mais fácil dar "um presidencialismo com Congresso forte".

## CORPO A CORPO

Com a coordenação do ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, e assessoria do subchefe para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, Sarney organizou agora um sistema de avaliação de tendência da Constituinte nas questões do mandato e do sistema de governo. Os resultados serão avaliados pelo menos duas vezes por semana. Ontem o grupo de trabalho já se reuniu. Amanhã, reúne-se novamente. Além de Costa Couto e Hargreaves, participaram desses encontros o líder do governo Carlos Sant'Anna e os ministros Prisco Viana, Hugo Napoleão, Borges da Silveira, Antonio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, João Alves e, esporadicamente, José Hugo Castelo Branco.

Antes das reuniões com Sarney, Costa Couto mantém encontro com os ministros, no 4º andar do Planalto, numa sala cedida pelo SNI. Nesse encontro os ministros trocam informações, principalmente sobre os contatos com parlamentares. Cada um fica com quatro a seis nomes de deputados e senadores, para "conversar sobre a Constituinte". Nas reuniões das terças e quintas, os relatórios incluem resumos dessas conversas. Ontem, eles foram todos "otimistas", segundo um ministro.

## Agora é a vez das negociações

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Parlamentaristas e presidencialistas já iniciaram a disputa pelo voto em relação ao sistema de governo e mandato presidencial. Uma lista de 40 indecisos foi divulgada ontem entre os dois grupos para que cada constituinte, de ambas as tendências, saia em campo em busca do maior número possível de adesões. Os resultados das conquistas de última hora não serão divulgadas.

Os parlamentaristas, preocupados com a vinculação que vem sendo feita entre a aprovação do parlamentarismo e a aprovação de cinco anos de mandato para o atual presidente, procurarão convencer seus companheiros de que a tese não é verdadeira. Temerosos também de uma possível resistência de setores do governo e dos militares à alteração do regime de governo e diminuição

dos mandatos dos presidentes, realizam sucessivas reuniões com parlamentares mais preocupados com esta versão, para conseguir a aprovação dos quatro anos de mandato.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das coordenadoras do grupo parlamentarista, afirmou que não há como negociar com os presidencialistas e que se deve aguardar o voto para decidir a questão. Ela não mais pretende divulgar números da pesquisa que vem fazendo, alegando pressões sofridas por deputados e senadores por parte do Palácio do Planalto.

Os presidencialistas, por sua vez, vêm realizando reuniões ostensivas para discutir a estratégia de votação. Como eles detêm a preferência em plenário, pois sua emenda recebeu maior número de assinaturas, estão convencidos de que a vitória está assegurada. Pretendem

aprovar a emenda e, depois, aceitar ceder, em alguns pontos, para se compor com os parlamentaristas. Esta posição, no entanto, vem encontrando muita resistência no grupo.

Já a tese do governador paulista, Orestes Quéricia, que defende plebiscito sobre o regime de governo, está sendo combatida tanto pela direita quanto pela esquerda. O senador José Fogaça (PMDB-RS), por exemplo, acha que um plebiscito agora será antidemocrático, porque a população não tem informação sobre o funcionamento do parlamentarismo. Segundo o senador, "para que o plebiscito seja democrático, é preciso que ele (o parlamentarismo) seja implantado e vigore, pelo menos, durante uns cinco ou dez anos. Depois, então, a população poderá dizer, com conhecimento de causa, se quer que ele continue ou não. Caso contrário, será um plebiscito

fascista". José Fogaça lembrou que Hitler fez um plebiscito para saber se os austríacos queriam continuar anexados à Alemanha, sendo que estes nem sabiam o que estavam votando. O povo austríaco, segundo o senador, foi completamente envolvido, e o mesmo aconteceria no Brasil, caso um plebiscito sobre o regime de governo fosse levado a cabo agora.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) também acha que o plebiscito é desnecessário. Passarinho disse que os constituintes foram eleitos pelo povo para escrever a nova Constituição e, por isso, não há por que fazer outra consulta. Na opinião do senador paraense, "estão querendo usar o plebiscito em função de interesses pessoais". Ele exemplificou, citando o caso do governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro, que prega a consulta popular apenas no caso de o presidencialismo sair vitorioso.

## Emendas alternativas, quem propõe e assina

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Estas são as emendas que estabelecem o sistema parlamentarista e o presidencialista.

Sistema parlamentarista.  
Emenda nº 669, com 341 assinaturas.

Autor: deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Apoio: ministros Renato Archer, da Previdência e Assistência Social, e Paulo Brossard, da Justiça; governador Waldyr Pires (BA); grupo do senador Mário Covas, composto por cerca de 80 constituintes liderados por Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado; Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara; Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado; presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos; relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral; grupo parlamentarista coordenado por José Richa, Sandra Cavalcanti, José Fogaça, Nelson Carneiro, Haroldo Lima e Luiz Viana.

Sistema presidencialista.  
Emenda nº 1.830, com 343 assinaturas.

Autores: Humberto Lucena, Valdo Barbosa, Edison, Lobão, Teodoro Mendes e Maurílio Ferreira Lima.

Apoio: ministros do governo Sarney; governadores Orestes Quéricia (SP), Moreira Franco (RJ), Miguel Arraes (PE), Newton Cardoso (MG) e Tasso Jereissati (CE); líderes do governo Sarney, PT, PDT, Marco Maciel e José Lourenço (que

disse garantir com outras adesões). Estão ainda na liderança da defesa da emenda: Jarbas Passarinho, Roberto Campos, Rita Furtado, Afif Domingos, Roberto Cardoso Alves, Gastone Righi e Milton Reis.

Pesquisa parlamentarista: não está sendo divulgada, segundo a deputada Sandra Cavalcanti, responsável pelos números, para evitar retaliações; no domingo, entretanto, garantia a adesão de 288 constituintes.

Pesquisa presidencialista — consultados 548 constituintes pelo deputado Milton Reis: 282 presidencialistas; 224 parlamentaristas; um monarquista; uma abstenção e 40 indecisos. Faltam 11 constituintes.

Indecisos: Alécio Dias, Antônio Carlos Franco, Divaldo Suruagy, Flávio Rocha, Francisco Rollemberg, Geraldo Bulhões, Hélio Costa, José Carlos Coutinho, José Tavares, Messias Soares, Pedro Caneto, Raquel Cândido, Roberval Pinto, Siqueira Campos, Moraes Queiroz, Aécio Neves, Ailton Sandoval, Albano Franco, Albérico Cordeiro, Chagas Neto, Cláudio Ávila, Dionísio Hage, Domingos Juvenil, Firme de Castro, Jovani Masini, Júlio Campos, Leopoldo Bessoni, Onofre Corrêa, Rita Camata, Rubem Figueiró, Simão Sessin, Sívio Abreu, Walter Pereira, Victor Fontana, Odacir Soares, Luiz Soyer, Artenir Werner, Felipe Chelde, José Elias Murad, Ailton Cordeiro.

Plebiscito: a tese começa a ser definida por alguns grupos no Congresso, particularmente pelo PDT e PT.

## Cardoso teme pressão sobre os fisiológicos

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem que os defensores do mandato de quatro anos na Constituinte não temem as pressões dos ministros e comandantes militares pelo mandato de cinco anos. "O que nos assusta é a pressão do Planalto sobre os fisiológicos. O inimaginável lhes está sendo oferecido", disse.

Fernando Henrique admitiu que poderá deixar o PMDB caso prevaleça a tese dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney com regime parlamentarista. E destacou que não deixará o partido sozinho, devendo ser acompanhado por mais de 50 parlamentares. "A tendência mais forte é para deixar mesmo o PMDB com outros colegas, partindo para a formação de um novo partido, de cunho socialista-democrático".

Já o senador Mário Covas desmentiu ontem sua saída do PMDB, e disse que, se a campanha do parlamentarismo com cinco anos sair vitoriosa na votação final da Constituinte, ele reunirá o partido para decidir que rumo tomar.

Os dois senadores defendem a realização de plebiscito para confirmar a implantação do regime parlamentarista. "Pode ser em qualquer oportunidade ou de outra forma além do plebiscito, mas o povo deve opinar sobre o parlamentarismo", disse Mário Covas, acrescentando que ele é necessário porque há equilíbrio entre os grupos e a vitória provavelmente será por pequena diferença.

## Tasso acha eleição em 88 frustração

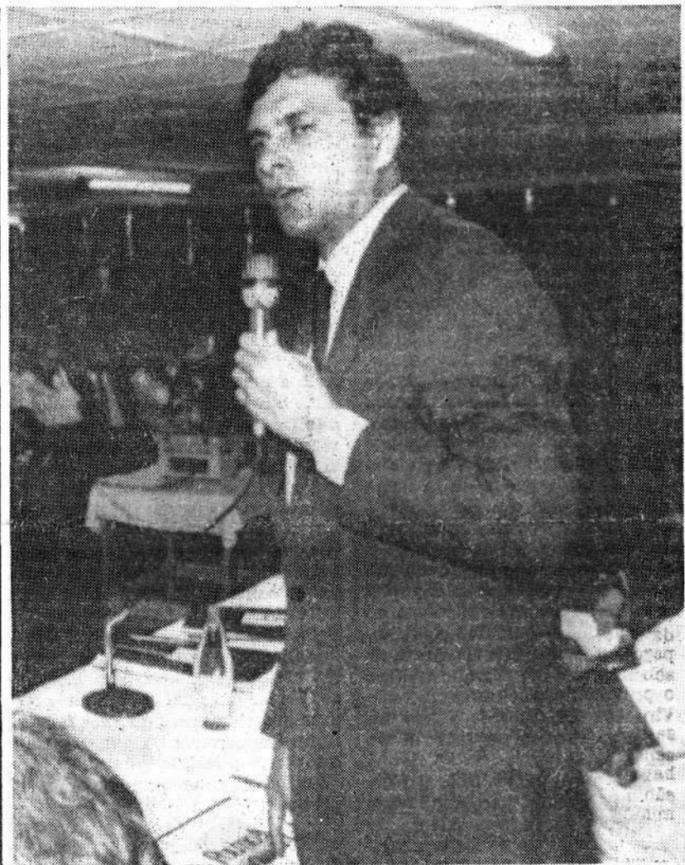
## AGÊNCIA ESTADO

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, defendeu ontem, em Fortaleza, em sua primeira entrevista coletiva deste ano, um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, sob a alegação de que "88 é o ano de se votar a legislação ordinária, de o governo dar mais atenção aos Estados, onde vivem os brasileiros".

Ele ressaltou que "se houver eleições presidenciais este ano, provavelmente haverá uma nova frustração por parte dos governadores quanto ao encaminhamento de seus projetos administrativos".

Em Salvador, o governador da Bahia, Waldir Pires, defendeu a realização de eleições para presidente ainda este ano, assunto que a seu ver deve ter prioridade, nas preocupações dos constituintes, até mesmo em relação ao sistema de governo a ser adotado no País. Tanto ele como o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, com quem se reuniu durante 40 minutos no Palácio de Ondina, acham fundamental a instalação, o mais rápido possível, de um "governo legítimo", para garantir as instituições democráticas.

Já o governador do Rio, Moreira Franco, reiterou a opção pelo presidencialismo e contra uma forma de governo que misture presidencialismo e parlamentarismo.



Caiado apoiará candidatos que defendam livre iniciativa

## "Primárias rurais". É a UDR na política

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A União Democrática Ruralista (UDR) decidiu, durante reunião dos 240 presidentes regionais da entidade, realizar "primárias rurais" em todos os municípios para escolher os candidatos que serão apoiados nas eleições para prefeitos e vereadores. Segundo o presidente da UDR, Ronaldo Caiado, serão apoiados candidatos de todos os partidos que defenderem a livre iniciativa e as instituições democráticas, exceto os do PT e dos partidos comunistas.

Embora o assunto não tenha constado da pauta do encontro, Caiado disse que a entidade é por eleições diretas em todos os níveis este ano — e a favor do presidencialismo. Hoje, os presidentes das regionais vão discutir os rumos da Constituinte e analisar a atuação de cada um dos 559 parlamentares quanto à defesa das questões sobre a livre iniciativa.

Segundo Caiado, a UDR não poderá omitir-se diante das questões eleitorais. Pelo contrário, disse, começará pela transferência dos títulos eleitorais dos associados, familiares, agregados e empregados para os municípios onde estão suas propriedades rurais. O passo seguinte será consultar os produtores rurais para definir tendências quanto a nomes. Quando houver dificuldades nessa tarefa, "companheiros nossos serão candidatos, pois não mais admitiremos que o eleitor fique sem opção para votar em candidatos comprometidos com as tradições e vocações brasileiras de liberdade", afirmou.

Caiado estima que a entidade poderá atuar, senão em todos, pelo menos na maioria dos municípios, porque conta com 250 mil associados espalhados pelo País. Disse ainda que os produtores estão agora conscientes de que precisam de representação no Congresso, nas Assembleias Legislativas, no Conselho Monetário Nacional e no Ministério da Agricultura.